

Prontuários de ex- internos no Serviço de Assistência aos *menores* em São Paulo: configurações e possibilidades de estudo e pesquisa

Ana Cristina do Canto Lopes Bastos (UNICAMP)¹

Monica de Oliveira Moreira Braga (PUC-SP)²

Vinícius Guimarães (UFF)³

Resumo

O objetivo deste trabalho é apresentar e discutir possibilidades de estudo em prontuários de ex-internos no Serviço Social de Assistência aos *menores*, que ficavam sob a tutela do Estado, como fonte para a pesquisa científica, respeitando seu caráter de arquivo intermediário. Um fundo de arquivo é um universo arqueológico a identificar, balizar, ordenar, descrever e analisar de modo a possibilitar a preservação de sua organicidade, de sua integridade física, e a disseminação de informações extraídas de seus elementos colocando-os em condições de apreensão e uso plenos. Sendo um universo arqueológico, o fundo de arquivo é, com raras exceções, um desafio que acena com o caótico que lhe imprimiram o tempo e o desuso em que caíram seus elementos. Dessa forma, no sentido do desafio e da descoberta, o trabalho de arquivo, especialmente quando se trata de acervos históricos, é invariavelmente fascinante. Descobrir e percorrer as prateleiras de um arquivo pode ser comparado a uma viagem metafórica em que os objetos encontrados pelo trajeto transformam-se em sinais, em indícios de acontecimentos mais distantes. Porém, a partir desses encontros, pode-se trazer novos sujeitos do conhecimento (FOUCAULT, 2005). Raramente retornamos sozinhos ao lugar de onde viemos. Considerando a construção social de infância, adolescência e juventude como o produto de uma multiplicidade de realidades, é nosso papel enquanto pesquisadores trazê-las à luz em função de critérios que, uma vez estabelecidos, têm a chance de se revelarem modificáveis no porvir. Assim, a história dessa infância, adolescência e juventude disposta em prontuários de ex-internos, abre ao porvir um campo de reflexão. Na multiplicidade de temas que se abrem aos estudos históricos e ciências sociais em geral, os prontuários e pastas de ex-internos podem figurar entre tantos outros objetos de estudo. Envolvidos com os laços de um discurso com a sociedade na qual se inscrevem é possível colocar questões pertinentes à comunidade científica a partir da análise dessa documentação.

Palavras chave: Acervos históricos, prontuários, infância e juventude

¹ Coordenadora do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação CASA - SP.

É doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (2012). Especialização em Organização de Arquivos pelo Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) e pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (USP) (2002). Atuou como Arquivista no Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação (CDAPH), em atividades relacionadas à organização de acervos documentais, a exemplo da documentação do Poder Judiciário da Comarca de Bragança Paulista, compreendido entre os anos de 1798 e 1930, envolvendo a higienização, identificação e catalogação. Participação em projetos relativos à Educação Patrimonial e Professora da Universidade São Francisco. Atualmente é coordenadora do Centro de Pesquisa e Documentação (CPDoc) da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – Fundação CASA/SP, membro do conselho editorial da *CASA em Revista* e membro da Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA. Sua experiência de pesquisa foca-se na área de História Social, com ênfase em história da infância e da educação.

² Diretora da Escola para Formação e Capacitação Profissional da Fundação CASA - SP.

É doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005), tendo feito mestrado em Educação (1996) e graduação em Pedagogia - EDAC: Educação para Distúrbios da Áudio Comunicação (1987) na mesma instituição. Atualmente é diretora da Escola para Formação e Capacitação Profissional da Fundação CASA-SP e presidente do conselho editorial de CASA em Revista. Sua experiência de pesquisa foca-se na área de Educação Escolar, com ênfase em práticas pedagógicas e trajetórias discentes no processo de escolarização de alunos surdos. Atuou como assessora de projetos da Ação Educativa: Assessoria, Pesquisa, Informação (2000) e do Instituto Paulo Freire (2003-06), na área de Educação de Jovens e Adultos - EJA. Tem experiência docente, tendo lecionado na graduação em Fonoaudiologia da Universidade Camilo Castelo Branco (1994-95) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997-98) e na graduação em Pedagogia da Universidade Camilo Castelo Branco (1999-2000). Foi também professora da graduação em Pedagogia na Faculdade Morumbi Sul (2001-06), tendo lecionado as disciplinas de Didática, Prática de Ensino, Currículo, e como supervisora de estágio da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I na mesma faculdade.

³ Graduado em Arquivologia (UFF - Universidade Federal Fluminense). Participou do X Curso de Segurança de Acervos Culturais (Museu de Astronomia e Ciências Afins - RJ) e cursou História da Fotografia (SESC-SP). É servidor da Fundação Casa desde 2010. Atuou em consultorias na área de organização de acervo, a exemplo de Neurolife e Logan-c. Contribuições na organização dos acervos de Furnas, DETRAN, Barcas S.A e Biblioteca da Universidade Federal Fluminense, entre outros.

Introdução

Construção social, infância, adolescência e juventude é o produto de uma multiplicidade de realidades. É nosso papel, enquanto pesquisadores trazê-las à luz em função de critérios que, uma vez estabelecidos, têm a chance de se revelarem modificáveis no porvir. Assim, a história dessa infância juventude disposta em prontuários e pastas de ex-internos, abre ao porvir um campo de reflexão.

Na multiplicidade de temas que se abrem aos estudos históricos, os prontuários e pastas de ex-internos podem figurar entre tantos outros objetos de estudo. Envolvidos com os laços de um discurso com a sociedade na qual se inscrevem é possível colocar questões pertinentes à comunidade científica a partir da análise dessa documentação.

Considerando as mais diversas maneiras de se preocupar com a história impressa por diferentes autores, no entanto, a fim de que a história guarde seu conteúdo e sua potência é preciso velar para não correr o risco de anacronismo, para compreender os mundos passados, sem recobri-los com julgamentos demasiado modernos, como nos alerta Arlette Farge, “devemos trabalhar precavidamente as questões colocadas aos mortos, sabendo que não são necessariamente aquelas que se colocam aos vivos” (2011, p.9).

Torna-se parte da análise histórica a descontinuidade, não como obstáculo, mas com a compreensão daquilo que não se conecta automaticamente a um sistema de continuidades a causalidades evidentes. “A história tenta fazer aparecer todas as descontinuidades que nos atravessam” (Foucault APUD Arlette Farge, 2011, p. 10). Entretanto, é preciso abordar o descontínuo e, por vezes, compreender a forma áspera, crua e imprevisível de cada acontecimento. Segundo Arlette Farge,

Se aceitarmos, com Foucault, que há a um só tempo reinterpretação ao infinito e refundação no interior da história de um sujeito novo, podemos finalmente buscar compreender como se institui, a cada momento histórico, a relação de uma sociedade com a violência, como se fabrica um homem violento ou dócil, como o discurso sobre violência fabrica sujeitos resistentes ou consencientes e como sua reinterpretação pode trazer novos acontecimentos que a obrigam a adotar um outro rosto (2011, p. 28).

Dessa forma, é legítimo buscar outras formas de interpretação histórica além daquelas que já foram utilizadas. A interpretação não deve ser considerada como algo regulamentado ou definitivo. A interpretação seja sociológica, filosófica ou histórica é “uma tarefa infinita que coloca em primeiro lugar o caráter ilimitado e infinitamente problemático da coisa a analisar e daquele que analisa. O espaço da interpretação é um espaço constantemente aberto e sempre por retomar (p.27)”.

Assim, somente a interpretação é capaz de dar sentido ao curso das coisas. O sentimento que nasce em relação à interpretação, além da opinião que vai sendo estabelecida em torno e a partir dela produzirá outras interpretações e outros acontecimentos.

Moradas silenciosas (!?) de acontecimentos

A luz dessas reflexões é possível compreender que há lugares para a investigação científica seja sociológica, histórica ou filosófica que permitem confrontar o passado e o presente interrogando os documentos e os acontecimentos de diversas formas, buscando articular o que desaparece com o que aparece.

Nos arquivos de prontuários de *menores*⁴ ex-internos do início do século XX, é possível encontrar pedaços de vida social de meninos e meninas abandonados moral e materialmente, conforme se verifica na escrita desses prontuários a partir de queixas, interrogatórios, acusações, sentenças, penas e sofrimentos. Pode ser encontrado “fragmentos de miséria, relíquias da linguagem do infortúnio se oferecem assim àquele que trabalha a partir desses documentos” (Farge, 2011, p. 16).

Entretanto, os acontecimentos e os fatos que permeiam a documentação cortam frequentemente a superfície do real não por sua evidência, mas por sua afiação. “Mas o que, finalmente, no oco de nossa história, na noite das lembranças esquecidas, pode ser agora retomado, recuperado, trazido a luz e utilizado, isso me interessa” (Foucault APUD Arlette Farge, 2011, p. 10). É preciso, portanto, perceber os acontecimentos e transmiti-los, ainda que em sua singular rugosidade. Acontecimentos que se lêem numa temporalidade quebrada ou contínua, que os encaixa e os explica.

A análise do acontecimento que pode ser encontrada na leitura dos prontuários, realizada de formas mais elaboradas, pode se tornar observatório do social, ou seja, o meio de compreender o conjunto das relações que irrigam um grupo social e faz evidentemente parte de um grande conjunto de outros mecanismos e acontecimentos.

Dessa forma, entre as funções deste inventário, ora apresentado como instrumento de pesquisa, trata-se em primeiro lugar responder à preocupação de “reintroduzir existências e singularidades no discurso histórico” (p. 16) e introduzir cenas que são, de fato, acontecimentos sem com isso acreditar que, somente com essas falas, detemos a realidade, mas de entrar, através dessas palavras “numa das moradas vivas da história, lá onde as palavras formam fraturas num espaço social ou imaginário particular” (p. 16).

Assim, na perspectiva de dar visibilidade ao material de interesse que se encontram nas instituições arquivísticas, consideramos que cumprimos nosso papel dando lugar às palavras contidas nesses prontuários e, cabe ao pesquisador antes de tudo, trazer a reflexão uma vez que a história não é a fala encontrada em arquivo apenas como citação, mas é a base a partir da qual o relato histórico avança e se transforma. Assim, é possível manter a esperança de transformar erros e acertos do passado em indicadores para novas práticas que possam interferir positivamente no presente de tantas crianças e adolescentes vítimas de descaso e abandono.

⁴ Ressalta-se que a terminologia *menor* era largamente utilizada no discurso jurídico até o final dos anos 1980. Com o Código de 1927, foi construída a denominação “menor” como categoria social de análise, que irá demarcar, especialmente, a criança pobre. Sonia Camara argumenta que o próprio título do Código de Menores “expressava a intenção de seu elaborador, no sentido de criar uma lei que unificasse todas as disposições legislativas e regulamentares com relação aos menores” (2006, p. 273).

Entendemos que os prontuários podem se constituir em elemento que, a partir de concepções metodológicas que referenciam sua construção como categoria para a investigação e análise sócio-histórica, a partir de múltiplas problematizações das experiências dos sujeitos históricos, permite construir relações de tempo e espaço e conhecer diferentes formas de vida social a partir de pesquisas e produção do conhecimento.

Devemos assinalar que, ao entrar em contato com a documentação, precisamos estar despidos de preconceitos ou idéias pré-concebidas, ou seja, é necessário fazer perguntas e, ao mesmo tempo, estar disposto a encontrar respostas para perguntas que não formulamos. Como alerta Arlette Farge, em capítulo de seu livro *Le goût d'archive*, tratando mais especificamente dos arquivos do judiciário que guardam similaridade com os arquivos de prontuários, como segue:

O Arquivo do Judiciário apresenta um mundo fragmentado: sabe-se que a maior parte dos interrogatórios são feitos de questões e de respostas quase sempre lacunares e imprecisas, de parcelas de frases ou pedaços de vida, num fio condutor que, na maior parte do tempo, é pouco visível [...]. Por outro lado nos interrogatórios, cada resposta, graças à personalidade dos inter-rogados, libera não somente indícios esperados, mas todo um horizonte que é preciso captar apaixonadamente porque as palavras são portadoras do presente, são elementos de reconhecimento e distinção do tempo de onde procedem (1989, p. 97).

As palavras de Farge apontam para a possibilidade de construção do acontecimento histórico presente nesses fragmentos da documentação, sendo necessário saber escutar e estar disposto a procurá-lo. No entanto, o documento não contém em si a verdade definitiva. Seu conteúdo é quase sempre questionável, uma vez que nele encontramos a expressão de quem o produziu, atendendo a um determinado objetivo, seja de ordem particular, seja de grupos que detêm o poder.

Na análise dos prontuários é necessário pontuar que não são documentos constituídos com a intenção de trazer à tona uma história da infância brasileira. Trata-se, antes sim, de documentos que deveriam dar conta da administração do Estado relacionado com a tutela de crianças e adolescentes. Entretanto, a análise de seu conteúdo pode permitir uma dada compreensão do modo de vida dessas crianças e jovens encontrados no discurso médico, jurídico e administrativo que permeia a constituição desses prontuários.

Descobrir e percorrer as prateleiras de um arquivo pode ser comparado a uma viagem metafórica (COLOMBO, 1991, p. 23), em que os objetos encontrados pelo trajeto transformam-se em sinais, em indícios de acontecimentos mais distantes. A partir desses encontros, podem-se trazer novos sujeitos do conhecimento. Raramente retornamos sozinhos ao lugar de onde viemos.

É importante ressaltar que, nos prontuários de ex-internos estão reunidas e registradas todas as ações oficiais do período em que crianças e adolescentes estiveram tutelados pelo Estado. Dessa forma, são documentos que contém o registro de sua trajetória institucional. Além dos documentos como boletim de ocorrência elaborado pela polícia e documentos elaborados pelo judiciário no decorrer do julgamento, são

compostos também de relatórios técnicos elaborados por médicos e, posteriormente, por assistentes sociais e psicólogos contendo avaliações psicológicas e socioeconômicas dos adolescentes.

É ainda possível verificar a produção de leis em torno da questão da minoridade e as formas de assistencialismo e institucionalização que se alternavam na passagem de diferentes administrações públicas. É possível verificar alterações no judiciário, bem como, necessidades que vão sendo impostas pelos anseios e clamores sociais, visando, sobretudo, não ser afetado em seu bem estar pelos problemas sociais que se agravavam com o surgimento dos grandes centros urbanos.

Referências Bibliográficas

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**; tradução brasileira: André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

COLOMBO, Fausto. **Os Arquivos Imperfeitos**: memória social e cultural eletrônica. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.

DIETRICH, Ana Maria. **Inventário Deops**: Alemanha, módulo I. São Paulo Arquivo do Estado, 1997.

FARGE, Arlette. **Lugares para a história**: tradução Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

_____. **Lê geste d'archive**. Paris: Éditions du Seuil, 1989.

FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 1979.